

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL EM COMUNIDADES DA REGIÃO DE
POÇOS EM CAMPO FORMOSO-BA**

**TECHNICAL ASSISTANCE AND RURAL EXTENSION IN COMMUNITIES IN THE POÇOS
REGION OF CAMPO FORMOSO-BA**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.065-001>

Jasson de Oliveira Ferreira

Especialista em Gestão Ambiental Compartilhada e Governança Pública, Faculdade de Tecnologia
SENAI CETIND, Lauro de Freitas, Bahia, Brasil
E-mail: jassonoliver@gmail.com

Bruna Daniele Mendes de Sousa¹

Mestre em Biociências, Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Petrolina,
Pernambuco, Brasil
E-mail: brunaddaniele@gmail.com

Luiza Garziera

Mestre em Ciências da Saúde e Biológicas, Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF),
Petrolina, Pernambuco, Brasil
E-mail: garziera luiza@gmail.com

Wellington Dantas de Sousa

Doutor em Desenvolvimento Territorial, Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF),
Juazeiro, Bahia, Brasil
E-mail: wellington.sousa@ifbaiano.edu.br

Resumo

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) tem por finalidade fomentar o desenvolvimento dos produtores através das ações executadas pelas instituições públicas ou privadas a partir da transmissão de conhecimentos e ganhos tecnológicos. Para que se tenha êxito com a ATER é necessário implementar métodos individuais, grupais ou de massa. Nos debates participam extensionistas, associações de agricultores familiares, agentes públicos, pesquisadores, entre outros. No entanto, há muitos desafios na construção desse novo modelo de desenvolvimento, tais como a intensificação da atuação das políticas de ATER, da participação comunitária e da realização de uma fiscalização eficiente e continuada. O presente artigo tem como tema de estudo a ATER em quatro comunidades de Campo Formoso, Bahia, tem como objetivo geral analisar as ações e projetos de ATER e justifica-se pelo desejo e necessidade de estudar o envolvimento de associações. Os resultados demonstram que é necessário a intensificação da atuação das políticas de ATER nas comunidades estudadas visando a expansão de projetos, a intensificação da

¹ Autor correspondente

participação comunitária e a realização de uma fiscalização eficiente e continuada no que concerne a oferta e realização de projetos e ações ofertados para as associações.

Palavras-chave: Agricultores; Associações; ATER; Comunidades; Projetos.

Abstract

Technical Assistance and Rural Extension (ATER) aims to foster the development of producers through actions carried out by public or private institutions, based on the transmission of knowledge and technological gains. For ATER to be successful, it is necessary to implement individual, group, or mass methods. Discussions involve extension agents, family farmer associations, public agents, researchers, and others. However, there are many challenges in building this new development model, such as intensifying the implementation of ATER policies, increasing community participation, and conducting efficient and continuous monitoring. This article focuses on ATER in four communities in Campo Formoso, Bahia, and aims to analyze ATER actions and projects, justified by the desire and need to study the involvement of associations. The results demonstrate the need to intensify the implementation of ATER policies in the studied communities, aiming at expanding projects, increasing community participation, and conducting efficient and continuous monitoring regarding the offer and implementation of projects and actions offered to associations.

Keywords: Associations; ATER (Technical Assistance and Rural Extension); Communities; Farmers; Projects.

1 INTRODUÇÃO

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) desempenha um papel fundamental no desenvolvimento rural, fortalecendo a agricultura familiar e promovendo a sustentabilidade através de ações práticas, como manejo ecológico, conservação do solo e da água, e comercialização. Além disso, a ATER favorece a adoção de sistemas agroecológicos e valoriza os saberes tradicionais, promovendo a inclusão produtiva e o fortalecimento das cadeias produtivas nas comunidades rurais (Dias, 2025).

Para que se tenha êxito na ATER, é necessário implementar alguns métodos. Dentre eles, destacam-se: 1. Métodos individuais, como visita técnica, contato pessoal e unidade de observação (experimento na propriedade rural); 2. Métodos grupais, como reunião (palestra, encontro ou conferência), demonstração prática (de técnicas ou métodos), demonstração de resultados (de alguma inovação), unidade demonstrativa, curso, excursão, dia de campo, dia especial e propriedade demonstrativa. Esses métodos geralmente

envolvem de cinco a vinte pessoas; 3. Métodos de massa, como exposição ou feira, semana especial, concurso e campanha, que normalmente atingem de cinquenta a mil pessoas (Peixoto, 2008).

Já a “Extensão Rural” se destina a imprimir melhores soluções ao produtor no meio rural a partir da transmissão de conhecimentos e ganhos tecnológicos desenvolvidos nas universidades e nas instituições de pesquisa (Peixoto, 2008). Deve-se salientar que, na ATER, os saberes dos agricultores, pesquisadores e extensionistas se integram (Balem, 2015).

De acordo com a Lei no 12.188/10, a ATER corresponde ao serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais. Parte de princípios da agricultura com base ecológica e com enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis (Brasil, 2010; Comin, 2019).

Castro e Pereira (2017) afirmam que a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) estabelece como público da ATER, os agricultores familiares, com enfoque nos quilombolas, indígenas, assentados e outros. Nos debates acerca desse novo modelo, participaram diversos atores, como extensionistas, associações de agricultores familiares, agentes públicos, pesquisadores, entre outros.

Segundo Rios e Pereira (2011) a ATER traz consigo o crédito rural o Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), o Garantia-safra, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), as feiras livres, os programas de insumos e até mesmo as ações cooperativistas, entre outras. A ATER promovida à agricultura familiar, contribui para o desenvolvimento sustentável em um quadro de geração de trabalho e renda aos agricultores com o aprimoramento dos resultados de suas atividades no campo (Castro e Pereira, 2017)

Dessa forma, é necessário qualificar e ampliar as ações de promoção das potencialidades e vocações regionais e locais, aumentando a produção, a produtividade, a qualidade dos produtos, bem como a inclusão das populações tradicionais, tais como os indígenas, extrativistas, ribeirinhos, e pescadores artesanais. É preciso fortalecer ações de apoio às diversas etapas das atividades econômicas, particularmente na gestão das unidades cadeias produtivas, de comercialização e de estratégias de agregação e apropriação de valor, com ênfase na economia solidária, no associativismo e cooperativismo (MAPA, 2024).

Diante dessa realidade, o objetivo geral do presente estudo foi analisar as ações e projetos de ATER em comunidades da Região de Poços, em Campo Formoso, Bahia. O estudo revelou a necessidade de intensificar a atuação das políticas de ATER nas comunidades, visando a expansão de projetos, o fortalecimento da participação comunitária e a implementação de uma fiscalização eficiente e contínua sobre a oferta e realização de projetos para as associações. Espera-se que este trabalho contribua para as

instituições de ATER, secretarias de agricultura e associações, auxiliando na adoção de novas estratégias de melhoria.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ABORDAGEM HISTÓRICA SOBRE A ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

A ATER tem uma história rica e variada, com diferentes fases e abordagens ao longo dos anos. O uso da palavra "extensão" está relacionado ao meio educacional na Inglaterra na segunda metade do século XIX. Por volta de 1850, começaram as discussões nas universidades de Oxford e Cambridge sobre o atendimento às necessidades educacionais das populações no local em que viviam. Nos Estados Unidos, palestras fora da faculdade sobre concessão de terras estavam se estabelecendo na década de 1890 (Jones e Garfoth, 1997).

No Brasil, a história da Extensão Rural se confunde com o processo de desenvolvimento de sua agricultura. Na legislação de meados do século XIX, algumas ações de extensão rural, embora muito rudimentares ou implícitas em outras políticas públicas mostram que em 1859 e 1860 foram criados quatro institutos imperiais de agricultura, que possuíam, principalmente, atribuições de pesquisa e ensino agropecuário, mas também de difusão de informações, o Baiano, o Pernambucano, o Sergipano e o Fluminense (Santos, 2023).

Segundo Freitas (2018) o modelo de extensão rural que foi adotado no Brasil na década de 1930 sob forte influência americana visava superar o atraso na agricultura. Essa ideia da extensão rural ocorreu por meio da orientação de seu fundador, Prof. Peter Henry Holfs, que organizou em 1929 a primeira semana do Fazendeiro, juntamente com os líderes rurais e professores, para oferecer treinamento para produtores rurais e seus (Peixoto, 2008).

Outro dispositivo legal que instituía ações de caráter extensionista foi o Decreto-Lei n. 7.449, de 9 de abril de 1945, que dispôs sobre a organização da vida rural. Este Decreto foi uma tentativa de tutela pelo Estado do processo de organização dos produtores rurais, ao obrigar cada município a ter uma associação rural, composta de proprietários de estabelecimentos rurais. As associações municipais se organizariam em sociedades rurais, uma em cada estado, e estas na União Rural Brasileira, como órgãos técnicos e consultivos do governo federal (Santos e Silva, 2015).

No ano de 1948, em Minas Gerais, teve origem a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR). O conjunto de ACAR formaram o Sistema Brasileiro de Extensão Rural (SIBER). Em 1951 é criado o Serviço de Extensão Rural (SER), em 1956 o Governo Federal criou a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), que marcou o início do serviço efetivo de ATER no país, constituindo, então, um Sistema Nacional articulado com Associações de Crédito e Assistência Rural nos Estados (Schu, 2019)

Em 1964 ocorreu a promulgação do Estatuto da Terra e foi instituída a Lei 4.504 que criou o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA, responsável por prestar assistência técnica aos projetos de reforma agrária; (Comin, 2019; Silva; Bergamasco e Souza, 2018).

A Lei nº 4.720, de 1965, instituiu as EMATER no Brasil, com ela a estrutura das ACAR foram absorvidas pelos estados, a primeira EMATER-RS, foi fundada em 1961. Em 1970, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) substituiu o INDA e o IBRA. O SIBER começou a ser estatizado a partir da Lei 6.126 em 1974. A partir dessa mesma lei foi autorizada a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), vinculada ao Ministério da Agricultura e criada oficialmente a partir do Decreto nº 75.373 de 1975 (Souza; *et al.*, 2023 Comin, 2019; Silva; Bergamasco e Souza, 2018).

A década de 1980 e o início dos anos de 1990 ficaram conhecidos por retrocessos no campo da agricultura familiar e da extensão rural no Brasil. A Crise e o esgotamento público fizeram com que os recursos aportados pela ATER fossem drasticamente cortados em 1985. Um novo paradigma de ATER emerge com a abertura democrática e a Constituição de 1988, o que pode ser identificado no apoio dado pelo Sistema Brasileiro Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural – SIBRATER (Pereira e Castro, 2022; Gomes; Nogueira e Costa, 2018)

Com isso a ATER começou a incorporar novas abordagens e metodologias, incluindo a participação das comunidades e a integração de conhecimentos locais com a ciência. O conceito de desenvolvimento sustentável começou a influenciar a ATER, levando a uma maior ênfase em práticas que equilibram a produtividade agrícola com a conservação ambiental (Silva; Bergamasco e Souza, 2018).

Um novo modelo de ATER veio ocorrer na constituição de 1988, que em seu art. 187, fixou que a política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente a assistência técnica e extensão rural (Santos e Silva, 2015).

Na década de 1990, a agricultura familiar passou a ser reconhecida como categoria política, processo atrelado a recomposição do movimento sindical dos trabalhadores rurais. Em 1996, o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). A organização dos movimentos sociais ligados ao campo travou lutas e mobilizações contra diversas tentativas de desmonte da ATER no Brasil, mesmo assim, a EMBRATER, no rastro do programa neoliberal do governo de Fernando Collor, foi extinta pelo Decreto n. 99.192, de 15 de março de 1990 (Gomes; Nogueira e Costa, 2018; Santos e Silva, 2015).

Santos e Silva (2015) afirma que o quadro institucional da ATER veio a sofrer novas transformações, ocorrendo o restabelecimento de atribuições do Governo Federal em trabalhos desta competência, em parte, talvez premido pela promulgação da Lei Agrícola de 1991. E em parte pelo Decreto n. 599, de 9 de julho de 1992 que altera a Estrutura Regimental do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária.

Em 2001 ocorre a elaboração da primeira Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar. As atribuições da ATER foram repassadas ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) nos anos 2003 e 2004, com isso o MDA promove um debate mais ampliado e democrático, formulando uma nova proposta do que é hoje a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que permitiu a elaboração das diretrizes do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural- PRONATER (Gomes, Nogueira e Costa, 2018; Comin, 2019; Santos e Silva, 2015).

Ante as colocações de Comin (2019), a partir de 2003, o governo tomou novas decisões diante da ATER, marcado pelo um processo de recuperação, ampliação e fortalecimento desta política. Essa nova ATER parte de princípios da agricultura com base ecológica e com enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis, utilizando metodologia participativa com enfoque multidisciplinar. Em 2004 é criado o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) e a PNATER. Em 2010 é sancionada a Lei 12.188 – Lei de Ater, que instituiu a PNATER e o PRONATER.

Os serviços de ATER são exercidos pelo Sistema Brasileiro de Ater através das unidades estaduais, porém, com uma visão universalizada que passou a ser conhecida como “A Nova Ater”, reconhecida como uma ferramenta vital para o desenvolvimento sustentável e a segurança alimentar em todo o mundo. Considera a interconexão entre diferentes aspectos da vida rural, incluindo questões econômicas, sociais, culturais e ambientais, buscando um desenvolvimento integrado e sustentável (Brasil, 2010; Comin, 2019; Mattia *et al.*, 2019).

2.2 O PANORAMA DA ATER NO ESTADO DA BAHIA E EM CAMPO FORMOSO

A ATER na Bahia é realizada pela Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHIATER), está ligada a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR). É voltada para o apoio e desenvolvimento da agricultura familiar na Bahia, visando sua emancipação econômica, social e o desenvolvimento sustentável, está presente nos 27 Territórios de Identidade. As legislações estaduais pertinentes ao órgão são: A Lei Estadual Nº 13.204 de 11/12 2014, Decreto Estadual Nº 17.042 de 28 09/ 2016, o Decreto Estadual Nº 13.769 de 16/03/ 2012 (BAHIATER, 2024).

As Atribuições da BAHIATER são: contratar, monitorar, fiscalizar e avaliar o serviço de assistência técnica e extensão rural; contribuir para formação de gestores, de técnicos e agricultores familiares; estimular e articular a pesquisa e inovação tecnológica; estimular e apoiar processos de transição agroecológica e produção orgânica; articular políticas públicas de apoio à agricultura familiar; contribuir

para a segurança e soberania alimentar e nutricional; contribuir para a inclusão produtiva e emancipação econômica e social; promover ações específicas voltadas para mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais; apoiar e estimular a consolidação da Rede Baiana de ATER e outras articulações; criar o Plano Estadual de ATER e um Sistema de Gestão; buscar a universalização dos serviços de ATER (BAHIATER, 2024).

A ATER no município de Campo Formoso está apoiada no âmbito das ações da Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia (SEAGRI), através da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), Secretaria de Promoção a Pró-Igualdade Racial do Estado da Bahia (SEPROMI). Da SDR/BA), através da BAHIATER e Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) e pela Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico de Campo Formoso.

As universidades situadas nas cidades do entorno do município de Campo Formoso têm contribuído para a ATER, seja a partir de formações e capacitações, seja por pesquisas e inovação, projetos de extensão, articulações e mobilizações (IF BAIANO, 2012; UNIVASF, 2017).

Dentre as ações e projetos realizados no município podemos mencionar o Pró-Semiárido, projeto da Secretaria de Desenvolvimento Rural da Bahia, este projeto conta com recursos do Governo do estado, através da CAR, oferece ATER contínua e especializada e o fomento às atividades de segurança hídrica e de produção sustentável. O Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), no âmbito do projeto, tem realizado diversas ações, a saber: Seminários, reuniões, feiras ecológicas, fóruns, visitas pedagógicas em escolas, rodas de aprendizagem, intercâmbios, cursos e formações, criação de bibliotecas, criação de banco de sementes, entre outras (LOPES *et al.*, 2020; CAR, 2024; IRPAA, 2019; 2021; 2023; 2024).

A SEAGRI/BA, através da EBDA, tem realizado convênios e financiamentos, capacitações, treinamentos e reuniões. Participa de ações voltadas para comunidades quilombolas, por meio do cadastro dos agricultores, emissão das Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP's), avaliação da aplicação dos fomentos, Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e acompanhamento da aplicação correta dos recursos. Vem desenvolvendo ainda projetos e ações estratégicas para a revitalização da cultura do sisal (DESENBAHIA, 2024).

(...) A Secretaria de Promoção a Pró-Igualdade Racial do Estado da Bahia (SEPROMI), a partir do Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural do Brasil. No âmbito da Lei sobre os Territórios Quilombolas na esfera da chamada pública ATER nº 003/2011 DPMRQ6 /MDA7 – Lote 06 do Município de Campo Formoso - Bahia, foi construída a proposta: “ATER. Rumo à sustentabilidade de Comunidades Quilombolas no Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru”. Esse projeto teve como proponente a EBDA, sob número de credenciamento no SIATER: 754/09- 2010/BA (Santos e Almeida, 2014).

Como bem relaciona Nascimento *et al.*, (2023), as comunidades quilombolas de Campo Formoso, Bahia receberam políticas públicas, com enfoque agroecológico, políticas direcionadas através do Programa Pró Semiárido, Programa ATER Quilombola e Programa de Cisternas. As principais ações executadas nestes programas são: Quintais Produtivos, Oficinas para Mulheres, Encontro Cultural, Canteiros Ecológicos, Cisterna de Consumo, Apriscos e Galinheiros, Qualificação de Manejo, Acompanhamento Técnico, Pró-semiárido Cisterna, Cisterna de Produção, Fogão Agroecológico, Biodigestor e Distribuição de Sementes Crioulas.

O Sistema FAEB/SENAR tem realizado diversas iniciativas no município de Campo, a principal delas foi o lançamento oficial do Projeto “Município Parceiro”, com a assinatura de convênio com a Prefeitura Municipal. O projeto foi criado para fortalecer a economia e a geração de emprego e renda, com diversas ações estruturantes voltadas para o aprimoramento técnico de trabalhadores rurais, além de adoção de novas tecnologias de produção agropecuária e fortalecimento da gestão de propriedades rurais e agroindústrias artesanais (FAEB/SENAR, 2021).

De acordo com informações obtidas na Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico de Campo Formoso, mais de 790 produtores rurais tem recebido formação pelo SENAR em ATER assistida em ATEG (Assistência Técnica e Gerencial), olericultura, fruticultura, ovino e caprinocultura, bovinocultura de corte e leite e cafeicultura. A seleção dos produtores ocorre mediante contato com associações das comunidades onde as formações acontecem.

Técnicos extensionistas, médicos veterinários e agrônomos da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico de Campo Formoso realizam atendimentos em eventos e projetos ou quando solicitados pelos agricultores. Dentre os projetos realizados foram mencionados: Caravana da Sustentabilidade, Feiras Agroecológicas e Sisteminha Embrapa.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente artigo tem como tema de estudo a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em quatro comunidades da região de Poços em Campo Formoso, Bahia. Para tanto, tomou-se como ponto de partida o seguinte objetivo geral: analisar as ações e os projetos de ATER em comunidades da Região de Poços em Campo Formoso, Bahia. Poços é a comunidade sede da região, está situada a 9 Km da sede municipal, nas coordenadas 10°30'16" de latitude Sul e 40°23'48" de longitude Oeste. A metodologia da pesquisa está voltada para a busca do conhecimento das ações e os projetos de ATER desenvolvidos na região mencionada.

O estudo foi realizado em comunidades rurais com predominância de agricultura familiar, a partir de pesquisa qualitativa e descritiva com aplicação de questionário. A presente pesquisa justifica-se pelo desejo e necessidade de estudar o envolvimento de associações em projetos de ATER, as principais

dificuldades enfrentadas, a efetividade dos projetos, a suficiência das capacitações técnicas, bem como as melhorias ou mudanças ocorridas.

Segundo Gerhardt e Silveira (2009), metodologia científica se refere a método e ciência, o caminho em direção a um objetivo, logo metodologia é o estudo do método, ou seja, é o corpo de regras e procedimentos estabelecidos para realizar uma pesquisa. Dessa forma, é a atividade preponderante da metodologia e o conhecimento humano caracteriza-se pela relação estabelecida entre o sujeito e o objeto. A apreensão simples da realidade cotidiana é um conhecimento popular ou empírico, enquanto o estudo aprofundado e metódico da realidade enquadra-se no conhecimento científico.

O município onde aconteceu a pesquisa foi Campo Formoso com 7.161,827 km² de área, está situado no Bioma Caatinga, mesorregião Centro-Norte do Estado da Bahia, Microrregião de Senhor do Bonfim, entre os paralelos 10°16'29"S e 10°33'12"S e os meridianos 40°17'22"O e 40°46'1"O,, é um dos nove municípios do Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru (TIPNI), a 402 km de Salvador. Faz divisa a Norte, com os municípios de Sobradinho e Juazeiro, a Sul com o município de Mirangaba e Antônio Gonçalves, a Leste com os municípios de Jaguarari e Senhor do Bonfim e a Oeste com os municípios de Sento Sé e Umburanas (IBGE, 2023; SEI 2018).

De acordo com IBGE (2022) a população do município era de 71.377 habitantes, a estimativa para 2024 era de 74.894 pessoas, sendo predominantemente rural. A distribuição espacial da população apresenta uma baixa densidade demográfica, média de 9,97 hab./km². A economia de Campo Formoso tem como base produtiva à mineração e atividades produtivas afins, ao lado da agropecuária, a sede do município é mundialmente conhecida devido ao seu comércio de esmeraldas. A base produtiva da agricultura é razoavelmente diversificada, com relação à pecuária o município tem lugar de destaque na criação de ovinos e caprinos.

As comunidades estudadas se encontram na parte do município que é drenada pela Bacia do Rio Itapicuru, sendo o clima da região caracterizado como semiárido a seco e subúmido, com precipitações médias anuais variando entre 700 e 900 mm e possui temperatura média anual de 24° C. No município ocorrem vários tipos de vegetação, floresta estacional e caatinga (arbórea e rasteira). As localidades pesquisadas se encontram na Zona das grotas ou Serrana, onde havia uma abundante floresta estacional decidual (INEMA, 2024).

Com o objetivo de facilitar a administração e o planejamento da gestão municipal o município de Campo Formoso foi dividido em 8 regiões. Essa divisão tem por base as características geoeconômicas e a formação histórico-econômica do município (PMCF, 2024). Na Região de Poços, local de estudo, predomina a agricultura familiar, é caracterizada pela adoção de técnicas tradicionais de cultivo, baseada na policultura e praticada em médias e pequenas propriedades familiares.

Essa atividade agrária caracteriza-se pela produção de uma grande variedade de alimentos, com destaque para culturas como feijão, milho, mandioca, fruticulturas, hortaliças e da pecuária voltada a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos, abelhas e aves. A produção é comercializada em feiras, como frutas, hortaliças, verduras, mel de abelha, tapioca, bolos, queijos, ovos, feijão, caldo de cana, além de peças artesanais e plantas.

O estudo foi realizado em comunidades rurais, com predominância de agricultura familiar, a partir de pesquisa qualitativa e descritiva com aplicação de questionário. Foram entrevistados quatro representantes de associações das comunidades da região de Poços, sendo dois homens e duas mulheres. As comunidades são: Poços, Lagoa Rasa, Lagoa da Roça e Caraíbas.

De acordo com Oliveira (2011) a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento, os dados coletados são predominantemente descritivos, o material obtido nessas pesquisas é rico em descrições de pessoas, situações, acontecimentos, fotografias, desenhos, documentos, etc. A pesquisa descritiva tem como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis e define sua natureza.

Segundo Lakatos e Marconi (2003), o questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas. Quanto à forma, as perguntas, em geral, são classificadas em três categorias: abertas, fechadas e de múltipla escolha.

Para a realização das entrevistas foram aplicadas dez questões para saber como tem se desenvolvido as ações e os projetos de ATER na região mencionada, sendo realizadas em setembro de 2024. Lakatos e Marconi (2003) definem a entrevista como sendo um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É utilizada na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

A primeira etapa deste trabalho foi o levantamento bibliográfico, através da utilização de materiais já publicados sobre o tema, por meio da revisão da literatura em livros, sites oficiais, artigos científicos. A segunda consistiu na realização de entrevistas no campo em quatro localidades da região estudada.

A análise dos resultados ocorreu mediante a percepção de como as associações se envolveram e/ou se envolvem em projetos de ATER; as principais dificuldades enfrentadas na implementação dos projetos realizados; a efetividade dos projetos realizados em melhorar a qualidade de vida e a produtividade dos agricultores locais; os projetos atualmente aprovados ou em andamento na comunidade; a forma como as associações da comunidade estão se envolvendo.

Essa análise se deu ainda frente as principais dificuldades enfrentadas na implementação dos projetos aprovados ou em andamento; a suficiência das capacitações técnicas oferecidas pelos projetos e as

necessidade da localidade; as melhorias ou mudanças ocorridas, tanto para os já realizados quanto para os que estão em andamento. Somando-se as técnicas de coleta, os dados foram tratados por meio de palavras ou expressões presentes nos discursos dos entrevistados, onde o tema central era o serviço de ATER.

4 RESULTADOS

Dentre o conjunto de resultados obtidos ao longo do questionário aplicado, 50% dos entrevistados são do gênero masculino, sendo os outros 50% do feminino. Todos estão na faixa etária acima de 30 anos, sendo que 25% estão entre 35 e 44 anos, 50% entre 45 e 54 anos de idade e os outros 25% estão acima de 65 anos.

Com relação a escolaridade, 25% estão na faixa do Ensino Fundamental completo, 25% Médio incompleto, 25% Médio Completo e 25% ao Ensino Superior Completo. Apenas 25% do universo da pesquisa é agricultor familiar, os demais têm outras ocupações, sendo que 50% destes últimos são agentes comunitários de saúde. Todos os entrevistados moram nas comunidades estudadas há mais de 20 anos. Esses dados estão descritos na tabela abaixo:

Tabela 1

Categoria	Distribuição
Gênero	50% Masculino, 50% Feminino
Faixa Etária	25% (35-44 anos), 50% (45-54 anos), 25% (65+ anos)
Escolaridade	25% Fundamental Completo, 25% Médio Incompleto, 25% Médio Completo, 25% Superior Completo
Ocupação	25% Agricultor Familiar, 50% Agentes Comunitários de Saúde, 25% Outras Ocupações
Tempo na Comunidade	100% moram há mais de 20 anos

Fonte: Elaborada pelo autor, 2025.

Com relação a atuação das políticas de ATER, a maioria dos entrevistados afirmam que ocorrem e/ou ocorreram de maneira tímida e precária. Castro e Pereira (2017) afirma que a maioria de órgãos estaduais de ATER do Brasil auxiliam agricultores familiares para elaboram projetos de maneira simplificada e com pouca análise, servindo como mero instrumento para liberação do crédito. Um dos entrevistados afirmou que tais políticas têm oferecido oportunidades para o desenvolvimento comunitário e pessoal, conforme o interesse das famílias na busca da geração de renda e da administração das propriedades rurais.

Uma das associações pesquisadas recebeu máquinas e equipamentos para o funcionamento de uma oficina de corte e costura, bem como orientação técnica e recursos financeiros para formação do capital de giro, o projeto gerido pela CAR. Outra associação recebeu um trator, implementos agrícolas e cisternas, a

entrevistada afirmou que não houve orientação técnica para o uso do trator e os seus implementos, no entanto, para a construção de cisternas houve assistência técnica e extensão rural.

Dentre as comunidades que fazem parte do universo da pesquisa destacamos “Lagoa da Roça”, que recebeu uma agroindústria de beneficiamento de licuri, a partir do projeto Bahia Produtiva, executado pela CAR com cofinanciamento do Banco Mundial. De acordo com o entrevistado, a partir do projeto de beneficiamento do licuri e de outros como “Arranjo Produtivo da Mandioca”, “Ater Bioma – agroecologia”, produção e extrativismo do caju (*Anacardium occidentale*), mandioca (*Manihot sp*), licuri (*Syagrus coronata*) e maracujá do mato (*Passiflora cincinnata*), a comunidade tem sido beneficiada de maneira intensa pela ATER.

De acordo com os entrevistados, as associações das comunidades da Região de Poços, apesar do envolvimento insatisfatório dos membros das associações, participam de projetos de ATER organizando e participando de treinamentos, cedendo espaços para reuniões, cadastrando e convidando moradores, organizando o processo de execução. Realizando reuniões para a apresentação de relatórios e gerindo recursos financeiros e equipamentos.

Dentre as dificuldades enfrentadas na implementação dos projetos de ATER pelas associações os entrevistados mencionam as de cunho financeiro, de gestão, o pouco interesse do poder público, a pouca participação dos membros das comunidades, mudanças climáticas, técnicas insuficientes para o manejo dos solos, inviabilidade produtiva devido à pouca tecnologia para oferta de água para produção e a baixa oferta de máquinas e equipamentos agrícolas por parte de órgãos públicos.

Com relação a efetividade dos projetos de ATER realizados em melhorar a qualidade de vida e a produtividade dos agricultores locais, três entrevistados afirmaram que os projetos ocorrem de maneira tímida, de forma que não ocorre considerável melhoria da qualidade de vida. Mencionam como entrave principal a aquisição de água em qualidade e quantidade suficiente, tanto para o consumo humano, quanto para as atividades produtivas.

No caso de Lagoa da Roça, o entrevistado considera a efetividade dos projetos de maneira positiva, afirma que as famílias de sua comunidade, a partir dos projetos, aprenderam a conviver com o semiárido, voltaram a cultivo de culturas tradicionais de sequeiro, e com isso, houve melhoria na produtividade agrícola e na qualidade de vida das pessoas.

Dentre os projetos de ATER atualmente aprovados ou em andamento nas comunidades estudadas os entrevistados citaram aqueles relacionados a aquisição de Cisternas, “Oficina de corte e costura”, “Mulheres Camponesas” - horta, “Bahia Produtiva” – Agroindústria do licuri, “Arranjo Produtivo da Mandioca”, “Ater Bioma” – agroecologia, produção e extrativismo do caju, mandioca, licuri e maracujá do mato.

De acordo com dois dos entrevistados não há um bom envolvimento das associações nos projetos de ATER. A entrevistada de Lagoa Rasa afirmou que a associação da sua comunidade oferece apoio para realização dos projetos naquilo que é necessário, especialmente no que tange ao aporte financeiro e moral. O associado de Lagoa da Roça mencionou que, apesar da diminuição efetiva do envolvimento da associação na sua comunidade, ainda conseguem desenvolver diversas atividades e ações, tais como: A participação em Feiras Ecológicas, a realização da Feira do Licuri e o Festival da Mandioca.

As principais dificuldades enfrentadas na implementação dos projetos de ATER, conforme as falas dos entrevistados são a insuficiência de recursos financeiros, pouco interesse da maioria dos membros das comunidades para participar das reuniões e projetos, o foco na busca de interesses individuais devido ao pouco entendimento do papel de uma associação, a falta ou insuficiência de capacitação, a dificuldade de gestão das associações e de recursos obtidos, o alto índice de desistências, a pouca rotatividade de líderes.

Os membros de associações que foram entrevistados relataram que as capacitações técnicas oferecidas a partir dos projetos de ATER normalmente são boas. A representante do Distrito de Poços afirmou que a sua associação foi contemplada por uma oficina de corte e costura, houve uma capacitação excelente o que permitiu o funcionamento da oficina por um período considerável.

Com muito entusiasmo, disseram que o processo de construção de cisternas foi fantástico, com direito até a certificados. Abordaram que essas capacitações, quando ocorrem, são passadas a partir de reuniões e oficinas, dessa forma, atingem de forma considerável as famílias, em especial no que concerne ao conhecimento e as técnicas de produção agrária.

Os entrevistados apontam como prováveis melhorias ou mudanças para os projetos de ATER: a busca e implantação de meios para geração de empregos nas comunidades tais como a agricultura irrigada e a pecuária; formações em associativismo visando o fortalecimento de entidades sociais afins e o surgimento de líderes natos; informação, acompanhamentos e assistência técnica continuada; fiscalização eficiente e continuada;

Sugeriram ainda o uso de novas tecnologias de captação e armazenamento de água; aquisição e capacitação técnica para o uso de máquinas e implementos agrícolas; capacitação para a produção, beneficiamento e comercialização eficiente na agricultura familiar; formações visando o aporte técnico com referência a aquisição de documentos essenciais para o funcionamento de associações.

Castro e Pereira (2017) afirmam que “a Política Nacional de Assistência e Extensão Rural” (PNATER) se orienta por uma mudança radical nos enfoques teórico, filosófico e metodológico”, sendo assim, um instrumento necessário na busca de melhorias e mudanças no que se refere aos projetos de ATER nas comunidades estudadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando como base a análise das ações e dos projetos de ATER nas comunidades estudadas verificou-se que as atuações das políticas de ATER ocorrem e/ou ocorreram de maneira tímida e precária. As unidades produtivas familiares, apesar dos esforços, contam com assessoria técnica insuficiente. As associações pesquisadas têm recebido doações de máquinas e equipamentos para funcionamento de indústrias comunitárias, tratores e implementos agrícolas e cisternas de água potável. Com exceção das cisternas, o treinamento sobre como usar e manter esses equipamentos agrícolas foi insuficiente.

A comunidade de Lagoa da Roça tem se destacado na realização de ações e projetos de ATER, tais como: “Agroindústria de beneficiamento do licuri”, “Arranjo Produtivo da Mandioca”, “Ater Bioma - agroecologia, produção e extrativismo”. As associações participam de projetos de ATER organizando e participando de treinamentos, cedendo espaços para reuniões, cadastrando moradores, organizando o processo de execução, apresentando relatórios e gerindo recursos financeiros e equipamentos.

As dificuldades enfrentadas na implementação dos projetos de ATER são a pouca disponibilidade de recursos financeiros; gestão ineficaz; pouco interesse do poder público; pouca participação dos membros das comunidades; mudanças climáticas; técnicas agrárias insuficientes; baixa demanda de máquinas e outros recursos tecnológicos. Os projetos de ATER tem não tem contribuído de maneira satisfatória para a melhoria da qualidade de vida e a produtividade dos agricultores locais.

No caso de Lagoa da Roça, houve melhora considerável da qualidade de vida das famílias devido a aprendizagem referente a convivência com o semiárido. Dentre os projetos de ATER atualmente aprovados ou em andamento estão aqueles voltados a aquisição de Cisternas, Hortas comunitárias, Agroindústria do licuri, Arranjo Produtivo da Mandioca e Ater Bioma. O envolvimento das associações nos projetos de ATER ainda é pequeno, mesmo assim, apesar da pouca participação dos sócios, as comunidades se fazem representar em feiras ecológicas, realizarem festivais e eventos culturais.

As principais dificuldades enfrentadas na implementação dos projetos de ATER são o pouco interesse da maioria dos membros das comunidades para participar. A capacitação técnica oferecida pelos projetos de ATER normalmente são boas, são passadas a partir de reuniões e oficinas, se referem ao conhecimento e a técnica de produção agrária.

Como prováveis melhorias para os projetos de ATER foram mencionadas mecanismos que possam gerar empregos; formações em associativismo; assistência técnica continuada; fiscalização eficiente e continuada; aquisição e uso de novas tecnologias de captação e armazenamento de água; aquisição e capacitação técnica para o uso de máquinas e implementos agrícolas; capacitação para a melhoria da produção, beneficiamento e comercialização eficiente na agricultura familiar; aporte técnico para a aquisição de documentos essenciais para o funcionamento de associações.

Estes resultados demonstram que é necessário a intensificação da atuação das políticas de ATER nas comunidades estudadas visando o treinamento sobre como usar e manter equipamentos doados por órgão competentes. A expansão de projetos de ATER voltados a Agroindústria de beneficiamento de produtos advindos da agricultura familiar e de frutos de plantas nativas como o licuri e o maracujá do mato;

O desenvolvimento efetivo de projetos de ATER relacionados ao arranjo produtivo de produtos da agricultura familiar, tais como a mandioca, o milho, feijão, o café, a fruticultura e de criação animal de caprinos ovinos, bovinos e apicultura. A aplicação de um programa de capacitação de associações visando a participação eficiente em projetos de ATER, a aquisição de recursos financeiros, uma gestão eficaz, parceria com entidades que oferecem ATER. A melhoria no que tange a participação dos membros das comunidades e da rotatividade de líderes.

Além disso, deve-se buscar programas e tecnologias voltadas o enfrentamento de mudanças climáticas, principalmente no que se refere a oferta de água para a produção e consumo. O desenvolvimento de projetos de ATER para a melhoria da qualidade de vida e a produtividade dos agricultores locais, tendo como foco a convivência com o semiárido. A conquista de mais Cisternas (de água potável e de produção) atreladas a Hortas comunitárias, criação de animais e a irrigação de frutíferas.

A intensificação da participação comunitária em de feiras ecológicas e eventos culturais. A sensibilização dos membros de associações com referência a participação coletiva para o fortalecimento das associações de forma a reduzir o índice de desligamento de associados. A busca de projetos e ações para a agricultura familiar tendo como alvo a geração empregos a partir do fortalecimento dos mecanismos que facilitem a prática voltada a agricultura irrigada e a criação de animais.

A realização, de uma fiscalização eficiente e continuada na realização de projetos e ações ofertados para as associações e capacitações visando um aporte técnico para a aquisição de documentos essenciais para o funcionamento de associações. Vale ressaltar que tais sugestões são importantes no que concerne futuras pesquisas e para adoção de novas estratégias para melhoria da ATER, seja no âmbito da Região de Poços, do município de Campo Formoso, do Estado da Bahia e do Brasil.

REFERÊNCIAS

BAHIATER - SUPERINTENDÊNCIA BAIANA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Chamada Pública ATER SDR/BAHIATER Nº 001/2022**. Disponível em: <https://www.bahiater.sdr.ba.gov.br/documentos/chamada-publica-ater-sdrbahiater-no-0012022>. Acesso em: 06 out. 2024.

BAHIATER - SUPERINTENDÊNCIA BAIANA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Documentos legais relacionados a Bahiater e a ATER**. Disponível em: <https://www.bahiater.sdr.ba.gov.br/documentos-legais-relacionados-bahiater-e-ater>. Acesso em: 06 out. 2024.

BALEM, Tatiana Aparecida. **Extensão e Desenvolvimento Rural**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico: Rede e-Tec Brasil, 2015. Disponível em: <https://www.bibliotecaagptea.org.br/administracao/extensao/livros/EXTENSAO%20E%20DESENVOLVIMENTO%20RURAL%20APOSTILA.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010**. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112188.htm. Acesso em: 22 jan. 2026.

CAR - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL. **Pró-Semiárido**. Disponível em: <https://www.car.ba.gov.br/projetos/pro-semiarido>. Acesso em 23 de jul. 2026.

CASTRO, César Nunes de; PEREIRA, Caroline Nascimento. **Agricultura Familiar, Assistência Técnica e Extensão Rural e a Política Nacional de Ater**. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Governo Federal Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Out 2017. Disponível em: https://www.econstor.eu/bitstream/10419/177559/1/td_2343.pdf. Acesso em: 09 de nov. 2024.

COMIN, Kelly Elisandra. **O estudo de caso: Assistência Técnica e Extensão Rural no Município de São Lourenço do Oeste-SC**. Chapecó, 2019. UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL CAMPUS DE CHAPECÓ CURSO DE AGRONOMIA- ÊNFASE EM AGROECOLOGIA. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/4765>. Acesso em: 16 set. 2024.

DESENBÁHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S/A. **Produtores de mel têm financiamento**. Disponível em: <https://www.desenbahia.ba.gov.br/noticias/produtores-de-mel-tem-financiamento/>. Acesso em: 15 de nov. 2024.

DIAS, Larissa Gomes. **Balanco Social de Entidade de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): Análise referenciada nos objetivos do desenvolvimento sustentável-ODS**. 2025.

FAEB - FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DA BAHIA/ SENAR - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL. **FAEB/SENAR leva diversas ações para Campo Formoso em dia de celebração**, 2021. Disponível em: <https://cnabrazil.org.br/noticias/sistema-faeb-senar-leva-diversas-acoes-para-campo-formoso-em-dia-de-celebracao>. Acesso em 28 out. 2024.

FREITAS, Walison Sobrinho. **A Prática da Extensão Rural no Município de Araguaína: Compreendendo o Trabalho da Ruraltins Frente ao Desenvolvimento Local Sustentável** Universidade Federal do Tocantins Campus Universitário de Araguaína. ARAGUAÍNA, 2018. Disponível em: <https://umbu.uft.edu.br/bitstream/11612/5320/1/WALISON%20SOBRINHO%20FREITAS%20-%20TCC%20-%20COOPERATIVISMO.pdf>. Acesso em: 16 set. 2024.

GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 28 set. 2024.

GOMES, Márcia Campos; NOGUEIRA, Ana Cláudia Fernandes; COSTA, Francimara Souza da. Assistência Técnica e Extensão Rural em comunidades rurais do sul do Amazonas. **Novos Cadernos NAEA** v. 21, n. 2, p. 193-211, maio-ago 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/5470>. Acesso em: 16 set. 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil, Bahia, Campo Formoso**, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/campo-formoso.html>. Acesso em 28 out. 2024.

INEMA - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. **CBH Itapicuru caracterização da bacia**. Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/comites-de-bacias/comites/cbh-itapicuru/>. Acesso em 16 nov. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO, CAMPUS SENHOR DO BONFIM, 30 de janeiro de 2012. **IF Baiano participa da I Feira de Caprinos, Ovinos e Agricultura Familiar de Campo Formoso**. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/bonfim/2012/01/30/if-baiano-participa-da-i-feira-de-caprinos-ovinos-e-agricultura-familiar-de-campo-formoso/>. Acesso em 15 nov. 2024.

IRPAA - INSTITUTO REGIONAL DA PEQUENA AGROPECUÁRIA, 11 de jul. 2019. **Formação potencializa a troca de experiências com foco na assessoria técnica**. Disponível em: <https://irpaa.org/2019/07/11/formacao-potencializa-a-troca-de-experiencias-com-foco-na-assessoria-tecnica/>. Acesso em: 23 jul. 2026.

IRPAA - INSTITUTO REGIONAL DA PEQUENA AGROPECUÁRIA, 19 de out. 2021. **Jovens de Lagoa Branca em Campo Formoso participam da criação de biblioteca comunitária e banco de sementes**. Disponível em: <https://irpaa.org/2021/10/19/jovens-de-lagoa-branca-em-campo-formoso-participam-da-criacao-de-biblioteca-comunitaria-e-banco-de-sementes/>. Acesso em: 23 jul. 2026.

IRPAA - INSTITUTO REGIONAL DA PEQUENA AGROPECUÁRIA, 17 de abril de 2024. **Visitas pedagógicas marcam o início de ações sobre Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido em escolas do Norte da Bahia**. Disponível em: <https://pretonobranco.org/2024/04/18/irpaa-visitas-pedagogicas-marcam-o-inicio-de-acoes-sobre-educacao-contextualizada-para-a-convivencia-com-o-semiarido/>. Acesso em: 23 jul. 2026.

IRPAA - INSTITUTO REGIONAL DA PEQUENA AGROPECUÁRIA, 24 de mar. de 2023. **Alimentos saudáveis e troca de experiências marcam a 1ª Feira Agroecológica de Campo Formoso**. Disponível em: <https://irpaa.org/2023/03/24/alimentos-saudaveis-e-troca-de-experiencias-marcam-a-1a-feira-agroecologica-de-campo-formoso/>. Acesso em: 23 jul. 2026.

JONES, Gwyn E; GARFORTH, Chris. Agricultural Extension: a reference manual. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Chapter 1 - The history, development, and future of agricultural extension**. 1997 Disponível em: <https://www.fao.org/4/w5830e/w5830e03.htm>. Acesso em 22 jan. 2025.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LOPES, Júlio César de Almeida; MAGALHÃES, Telma Sueli e Silva de; MELO, Kryssia Gislayne Pinheiro; SILVA, Cristina Barreto da. Protagonismo da juventude no agroecossistema Colina do Sol

localizado na comunidade Alvaça, município de Campo Formoso/BA. Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - **Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia**, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/6191>. Acesso em: 16 nov. 2024.

MAPA - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. **O que é Assistência Técnica?** Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/ater/o-que-e-assistencia-tecnica>. Acesso em 18 de setembro de 2024.

MATTIA, Vinícius; ZONIN, Wilson João; GREGOLIN, Marcos Roberto Pires. **Ações da Nova Ater para a Agricultura Familiar na Bacia Hidrográfica do Paraná 3: Caracterização e Demandas**. Extensão Rural, DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria, v.26, n.2, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/34446/pdf>. Acesso em: 06 out. 2024.

NASCIMENTO, Daniel Muniz Rocha do; PIFANO, Daniel Salgado; DUARTE, Francisco Ricardo; NUNES, Xenusa Pereira; BARRETO, Simone Brito. Políticas públicas agroecológicas em comunidades tradicionais: o caso das comunidades quilombolas de Campo Formoso-BA. **REVISTA OBSERVATORIO DE LA ECONOMIA LATINOAMERICANA** Curitiba, v.21, n.11, p. 20162-20183. 2023. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/2123>. Acesso em: 16 nov. 2024.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. Catalão: UFG, 2011. 72 p.: il. Manual (pós-graduação) – Universidade Federal de Goiás, 2011. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf. Acesso em: 28 jan. 2025.

PEIXOTO, Marcus. **Extensão Rural no Brasil – Uma Abordagem Histórica da Legislação**. Out. 2008. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>. Acesso em: 16 out. 2024.

PMCF – PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO FORMOSO. **Mapa do Município**. Disponível em: <http://campoformoso.ba.gov.br/site/mapa-do-municipio/>. Acesso em: 16 nov. 2024.

PEREIRA, Caroline Nascimento; CASTRO, César Nunes. Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil e no Mundo: Qual o Papel da Ater Pública?. In: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, 2022. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11410/1/Extensao_rural_cap10.pdf. Acesso em: 26 set. 2024.

PMCF – PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO FORMOSO. **Mapa do Município**. Disponível em: <http://campoformoso.ba.gov.br/site/mapa-do-municipio/>. Acesso em: 16 nov. 2024.

SANTOS, Carlos Pacheco dos. **Para Além Da Sala De Aula: A Extensão na UFV e a Semana do Fazendeiro, entre Memórias e Transformações (2009-2019)**, 2023. Disponível em: <https://locus.ufv.br/items/3201e3ef-d681-4080-9330-a89dfc72773b>. Acesso em: 16 set. 2024.

SANTOS, Isabel de Jesus & ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. **As representações sociais dos quilombolas sobre a extensão rural na Comunidade Remanescente de Quilombo Lage dos**

Negros em Campo Formoso – Bahia, 2014. Disponível em:
<https://periodicos.ufv.br/rever/article/view/3310>. Acesso em: 16 nov. 2024.

SANTOS, Marcelo Henrique P. dos; SILVA, Roberto César Ferreira da apud Peixoto 2008. **Assistência Técnica e Extensão Rural no município de Petrolina-PE**: o caso da CODEVASF. Extramuros - Revista de Extensão da UNIVASF - Volume 3, número 2, jul. 2015. Disponível em:
<https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/extramuros/article/view/769/531>. Acesso em: 16 set. 2024.

SCHU, Mainara Pacini apud IPEA, 2017. **Assistência técnica e extensão rural – EMATER-RS/ASCAR em Salvador do Sul-RS Porto Alegre**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul Faculdade de Agronomia Curso de Agronomia, abril de 2019. Disponível em:
<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/199562/001102039.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 set 2024.

SEI – SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. INDICADORES MUNICIPAIS: **Campo Formoso**, 2018. Disponível em:
<https://seimunicipios.sei.ba.gov.br/>. Acesso em: 28 out. 2024.

SILVA, Kessy Rizental da; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; SOUZA, Vanilde Ferreira de. Assistência Técnica e Extensão Rural no Vale do Ribeira Paranaense. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, 2018. Disponível em:
<https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/6499/4147>. Acesso em: 16 set. 2024.

UNIVASF- UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO. **Univasf participa de Caravana Agroecológica que percorre a Bacia do São Francisco esta semana**, 27 de jun. 2017. Disponível em: <https://portais.univasf.edu.br/noticias/univasf-participa-de-caravana-agroecologica-que-percorre-a-bacia-do-sao-francisco-esta-semana>. Acesso em 16 nov. 2024.